

José Manuel de Almeida Costa Pereira, treinador de atletismo.
 Maria Helena Bastos, treinadora de *boccia*.
 Mário Cardoso, treinador de natação.
 Fausto José da Cruz Pereira, treinador de basquetebol.
 Joaquim Manuel Correia Guerreiro Viegas, treinador de futebol (área paralisia cerebral).
 Luís Filipe Ferreira Fontinha, treinador de futebol (área mental).
 Mário Francisco da Silva e Moura, treinador de futebol (área visual).
 Henrique Manuel Madalena Santos, treinador de ciclismo.
 Rui dos Santos Brás Bernardo, treinador de ciclismo.
 Carlos Santos, treinador de *goalball*.
 António Pedro de Almeida Balsinha, equipa de coordenação das modalidades de remo, vela, equitação e ténis de mesa.

Homologo.

5 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Despacho (extracto) n.º 19 651/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Agosto de 2005 do presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

Nuno Fernando de Vasconcelos Figueiredo Tavares — nomeado, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, com efeitos a partir de 5 de Setembro de 2005.

29 de Agosto de 2005. — O Vice-Presidente, *José Manuel Bibe*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho conjunto n.º 669/2005. — Considerando a necessidade de assegurar o exercício de funções do cargo de secretário-geral do Ministério da Administração Interna, presentemente vago na sequência da cessação de funções do anterior titular;

Considerando que a actual secretária-geral-adjunta do Ministério da Administração Interna reúne o perfil e a experiência adequados ao exercício daquelas funções:

Ao abrigo dos artigos 19.º e 27.º, n.ºs 1, 2 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada para exercer, em regime de substituição, as funções de secretário-geral do Ministério da Administração Interna a licenciada Albertina de Jesus Gomes Guedes, contando o período de substituição, para todos os efeitos legais, como tempo de serviço no cargo de secretário-geral-adjunto.

2 de Agosto de 2005. — Pelo Primeiro-Ministro, *António Luís Santos Costa*, Ministro de Estado e da Administração Interna. — O Subsecretário de Estado da Administração Interna, *Fernando António Portela Rocha de Andrade*.

Curriculum vitae

I — Dados pessoais:

Nome — Albertina de Jesus Gomes Guedes;
 Residência — Rua do Dr. Bastos Gonçalves, 3, 2.º, A, 1600-100 Lisboa;
 Nascimento — 30 de Dezembro de 1954;
 Profissão — economista.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia;
 Bacharelato em Contabilidade e Administração.

III — Formação complementar:

Diversos cursos, seminários e conferências, nomeadamente de direito de trabalho, direito fiscal, recursos humanos, avaliação e desempenho das pessoas e organizações, reforma da Administração Pública, desafios da sociedade da informação e do governo electrónico, dimensão europeia da protecção civil, promovidas por várias entidades (APGTRH, LNETI, AIP, ACL, IEEI, DGAP, INA, UMIC);
 Curso de inglês do IPL — Instituto Português de Línguas;
 Bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador, de Windows, Excel e Word.

IV — Actividade profissional:

1 — Sector privado:

De 1981 a 1992 — adjunta de chefe de contabilidade/*chief account* da empresa Marriott Portugal, L.^{da} (multinacional americana),

tendo nos primeiros anos exercido funções na Direcção de Pessoal, onde passou por todos os sectores, substituindo inclusive o director de Pessoal/*personnel manager*;

De 1994 a 2000 — chefe de serviços de Pessoal/*personnel chief* na Cateringpor, Catering de Portugal, S. A. (empresa j. v. de capitais portugueses, americanos e alemães), com cerca de 550 empregados, onde nomeadamente procedeu ao recrutamento inicial dos trabalhadores e à instalação dos serviços;
 De 2001 a Abril de 2003 — responsável pelo Departamento de Projectos, Estudos e Análises na empresa Open Bill — Contabilidade e Consultadoria de Gestão e Recursos Humanos, L.^{da} (empresa de capitais portugueses).

2 — Sector público — de 1992 a 1993 — professora do ensino secundário, Escola Secundária de Rio Maior, onde leccionava as disciplinas de Cálculo Financeiro e Contabilidade Geral.

3 — Situação profissional actual (desde 2003):

Secretária-geral-adjunta do Ministério da Administração Interna, participando, nomeadamente, em estudos e elaboração de orçamentos do Estado, acompanhamento da gestão orçamental, participação na gestão de fundos para as calamidades, participação na gestão financeira de verbas para a missão Iraque e Euro 2004, coordenação e elaboração e execução dos planos anuais de reequipamento, gerindo a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afectos à Secretaria-Geral; Responsável pela área financeira, patrimonial e aprovisionamento.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 670/2005. — Nos termos dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta a experiência e o perfil evidenciados no currículo anexo ao presente despacho:

1 — É nomeada directora-geral da Administração Pública a licenciada Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Curriculum vitae

(síntese)

I — Identificação pessoal — Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes, natural de Lisboa, nascida em 7 de Novembro de 1954, divorciada.

II — Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (1979) no Instituto Superior de Economia.

III — Carreira profissional:

Em Abril de 2005 foi nomeada adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública;

Em Fevereiro de 2003 foi requisitada na categoria de assessora principal para a Direcção-Geral de Viação para desempenhar funções no Núcleo Técnico de Formação e Qualidade;

Em Julho de 2002 regressou ao quadro de origem da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura na categoria de assessora principal;

Em Maio de 1997 foi nomeada subdirectora do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, cargo que desempenhou até Julho de 2002;

Em 1996 foi nomeada assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços de Gestão e Organização da Secretaria de Estado da Cultura, exercendo funções de chefe de divisão do INA até Outubro do mesmo ano, data em que cessou funções a seu pedido e foi requisitada para o Secretariado para a Modernização Administrativa;

Em 1992 foi nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão do Instituto Nacional de Administração;

Em 1986 foi destacada para o Gabinete de Organização e Pessoal da Secretaria de Estado da Cultura, tendo sido nomeada em 1989, após concurso, técnica superior principal deste quadro de pessoal;

Em 1980 ingressou no quadro de pessoal da Biblioteca Nacional na categoria de técnico superior de 2.ª classe, tendo sido pro-

movida, mediante concurso, a técnica superior de 1.ª classe no mesmo quadro;

Iniciou funções na Administração Pública em 1972, em regime de prestação eventual de serviços, na Biblioteca Nacional.

IV — Experiência profissional — ao longo da sua carreira desempenhou funções nas áreas de gestão de recursos humanos, formação profissional, gestão orçamental, qualidade, modernização administrativa e sociedade de informação, nesta última como dinamizadora e responsável pela implementação de diversos projectos.

V — Monitoragem — formadora desde 1986 nas áreas de regime jurídico da função pública, quadros e carreiras, administração de pessoal, gestão de recursos humanos, SIADAP — Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho, modernização administrativa, qualidade e sociedade de informação e do conhecimento em diversos organismos da Administração Pública.

VI — Formação profissional:

Desde 1983 frequentou vários cursos de formação e aperfeiçoamento profissional nas áreas de gestão de recursos humanos, organização, gestão pública, informática na óptica do utilizador e preparação pedagógica de formadores, nomeadamente na Direcção-Geral de Administração Pública e no Instituto Nacional de Administração;

Participou em diversos seminários, encontros e congressos sobre gestão pública, gestão de recursos humanos, modernização administrativa, qualidade e administração pública electrónica. Participou em todos os congressos realizados pelo INA, reunião na OCDE no âmbito do Comité Puma, na 1.ª Conferência sobre Qualidade nas Administrações Públicas da EU;

Frequentou em 2004 o seminário de alta direcção do INA.

VII — Publicações — elaborou a brochura *Plano e Relatório de Actividades*, editada pelo SMA em 1996.

Despacho conjunto n.º 671/2005. — Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 189/2003, de 22 de Agosto, o Ministro da Presidência, no uso da delegação de poderes conferida pelo Primeiro-Ministro através do despacho n.º 13 620/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 22 de Junho de 2005, e o Ministro de Estado e das Finanças resolvem atribuir, pelos fundamentos constantes dos pareceres favoráveis emitidos pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, aos cidadãos a seguir identificados a pensão por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia no montante que resultar da aplicação das regras estabelecidas nos n.ºs 1 a 4 do artigo 6.º do referido diploma legal:

Fernando Miguel Bernardes.
Francisco de Jesus de Sousa.
José Rodrigues Vitoriano.
Manuel Vieira Pinto.

A pensão é devida a partir da data da publicação do presente despacho conjunto, não podendo, porém, ser acumulável com as pensões previstas no Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro.

29 de Agosto de 2005. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 652/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a segunda-secretária de embaixada da carreira diplomática do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros Lúcia Margarida Bandeira Nabais da Silva do cargo de adjunta do meu Gabinete, com efeitos a 30 de Agosto de 2005.

18 de Agosto de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 19 653/2005 (2.ª série). — Ao cessar, a seu pedido, as funções de adjunta do meu Gabinete, louvo a segunda-secretária de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dr.ª Lúcia Margarida Bandeira Nabais da Silva, pela competência, rigor, lealdade, dedicação e total disponibilidade que sempre demonstrou no exercício das funções que lhe estavam cometidas.

Todas estas qualidades da Dr.ª Lúcia Nabais constituíram uma importante mais-valia para o funcionamento do meu Gabinete, que me apraz registar e elogiar publicamente.

30 de Agosto de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 19 654/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio o licenciado Pedro Miguel Barbosa Paulino Pereira para prestar colaboração especializada como assessor no meu Gabinete, no âmbito das suas qualificações académicas e profissionais, na área jurídica.

2 — A presente nomeação é feita por um ano, tacitamente prorrogável, sem prejuízo de ser o presente despacho revogável a todo o tempo.

3 — O nomeado é equiparado, para todos os efeitos legais, designadamente remuneratórios, a adjunto de gabinete.

4 — Quando se deslocar em missão oficial de serviço público no País ou no estrangeiro, o nomeado tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo, de montante igual ao fixado para os adjuntos de gabinete.

1 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 655/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, e tendo em conta o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, bem como a Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro:

1 — Delego no Secretário de Estado da Administração Pública, Dr. João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo, as minhas competências relativas a todos os assuntos e à prática de todos os actos respeitantes aos serviços, organismos e entidades a seguir indicados:

1.1 — Inspecção-Geral da Administração Pública (IGAP);

1.2 — Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP);

1.3 — Instituto Nacional de Administração (INA);

1.4 — Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da Administração Pública (SOFE);

1.5 — Intervenção Operacional da Administração Pública (IOAP), bem como a respectiva estrutura de apoio técnico;

1.6 — Eixo prioritário «Qualificar para modernizar a Administração Pública» da Intervenção Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, bem como a respectiva estrutura de apoio técnico;

1.7 — Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública (PROFAP), subprograma do Programa de Formação Profissional e Emprego do II Quadro Comunitário de Apoio relativo aos anos de 1994-1999;

1.8 — Comissão de Reavaliação dos Institutos Públicos.

2 — Delego ainda as competências que me são conferidas pelo n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro.

3 — Autorizo a subdelegação das competências ora delegadas pelos n.ºs 1.1 a 1.5 nos respectivos dirigentes.

4 — Autorizo a subdelegação das competências ora delegadas pelos n.ºs 1.6 e 1.7 no gestor da IOAP.

5 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 22 de Julho de 2005, ficando por esta forma ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelo Secretário de Estado da Administração Pública.

6 — Revogo o despacho n.º 17 828/2005 (2.ª série), de 27 de Julho.

27 de Julho de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 19 656/2005 (2.ª série). — No uso dos poderes delegados pelo despacho n.º 17 828/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005, e tendo em conta a experiência e o perfil profissional evidenciados no currículo anexo ao presente despacho:

1 — É nomeada, nos termos dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, subdirectora-geral da Administração Pública a licen-